

**XXXII CONGRESSO NACIONAL
DO CONPEDI SÃO PAULO - SP**

DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS III

CATHARINA ORBAGE DE BRITTO TAQUARY BERINO

RAFAELA IANSEN MIRANDA SILVA

GEILSON NUNES

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU – São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio – Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM – São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI – Santa Catarina

Educação Jurídica

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - PR

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - SP

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS – MS

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Comissão Especial

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UFRJ - RJ

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - PB

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - MG

Prof. Dr. Rogério Borba - UNIFACVEST - SC

D597

Direitos humanos e fundamentais III[Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Geilson Nunes, Rafaela Iansen Miranda Silva, Catharina Orbage de Britto Taquary Berino – Florianópolis: CONPEDI, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-247-6

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Os Caminhos Da Internacionalização E O Futuro Do Direito

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direitos humanos 3. Fundamentais.. XXXII Congresso Nacional do CONPEDI São Paulo - SP (4: 2025: Florianópolis, Brasil).

CDU: 34

XXXII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI SÃO PAULO - SP

DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS III

Apresentação

A linha Direitos Humanos e Fundamentais III integra o XXXII Congresso Nacional do CONPEDI com a proposta de aprofundar discussões que refletem as tensões, os avanços e os desafios que atravessam a proteção da dignidade humana no século XXI. Em um cenário global marcado pela aceleração tecnológica, pela intensificação das desigualdades e pela redefinição dos espaços de atuação do Estado, torna-se imprescindível revisitar os fundamentos que sustentam a tutela dos direitos humanos, bem como examinar suas novas fronteiras interpretativas.

Este espaço busca reunir pesquisas que explorem a relação entre transformações sociais contemporâneas e a concretização dos direitos fundamentais, contemplando temas como mobilidade humana e políticas migratórias, democracia e participação, desigualdades estruturais, proteção de grupos vulnerabilizados, governança digital, impactos da inteligência artificial, proteção de dados, discriminação interseccional, limites do poder punitivo, sustentabilidade e justiça social em múltiplas escalas.

A linha se dedica, especialmente, a estudos que problematizam a articulação entre sistemas nacionais, internacionais e transnacionais de proteção, bem como análises críticas que investiguem a coerência, a efetividade e as tensões entre normas, instituições e práticas de garantia de direitos. Incentivam-se abordagens interdisciplinares e perspectivas que dialoguem com diferentes metodologias — teóricas, empíricas, normativas ou comparadas — capazes de revelar novos horizontes para a proteção da dignidade humana.

Ao reunir pesquisadores de diversas regiões, experiências e tradições jurídicas, Direitos Humanos e Fundamentais III pretende consolidar um espaço de reflexão plural, crítica e inovadora, estimulando a produção de conhecimento comprometido com a transformação social e com a construção de sociedades mais democráticas, inclusivas e igualitárias.

Convidamos a comunidade acadêmica a conhecer os trabalhos que ampliam o debate e fortalecem o compromisso científico e social que orienta o CONPEDI, reafirmando a centralidade dos Direitos Humanos como eixo estruturante do Direito Contemporâneo.

Catharina Orbage de Britto Taquary Berino - Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília

Geilson Nunes - Universidade de Marília

Rafaela Iansen Miranda Silva - Universidade Presbiteriana Mackenzie Higienópolis

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE DIGITAL NA EDUCAÇÃO: o direito à inclusão e ao acesso às tecnologias assistivas

Yuri Nathan da Costa Lannes¹
Luiza Rodrigues Donadeli

Resumo

INTRODUÇÃO: A inclusão de pessoas com deficiência no contexto escolar possui muitos desafios, pois incluir significa garantir que todos os alunos tenham participação no ensino em sala de aula, independentemente de suas diferenças, características e necessidades.

Desse modo, não basta a simples integração física do estudante, pois a educação inclusiva requer a superação de todas as barreiras que dificultem o ensino e a aprendizagem, sendo necessárias políticas públicas para a garantia dessa equidade no processo educacional

Com o avanço das tecnologias, a educação passou por um processo crescente de digitalização, a partir de novas metodologias de ensino que utilizam, cada vez mais, plataformas educacionais e recursos didáticos digitais. Nesse contexto, as escolas devem oferecer uma educação digital de qualidade, a fim de capacitar os alunos a desenvolverem habilidades para utilizar essas tecnologias de forma crítica e consciente, promovendo o letramento digital.

Com isso, surgem novos desafios, como o de promover práticas de acessibilidade digital na educação, uma vez que o uso das tecnologias não deve ampliar as desigualdades, mas sim contribuir para a construção de um ambiente educacional mais democrático e inclusivo.

Desse modo, evidencia-se a necessidade de políticas públicas voltadas à acessibilidade digital, com o objetivo de eliminar as barreiras que dificultam o acesso das pessoas com deficiência ao ambiente virtual, de modo que elas tenham autonomia na interação e na utilização dos recursos digitais.

Assim, como forma de garantir o direito à inclusão digital, o presente estudo pretende analisar os benefícios do acesso a tecnologias assistivas no processo de inclusão escolar.

Dessa forma, o uso das tecnologias assistivas nas escolas pode auxiliar os estudantes com deficiências na participação efetiva nas atividades educacionais desenvolvidas, construindo sua autonomia digital e desenvolvendo habilidades acadêmicas e sociais, além de aumentar a sua autoestima e motivação.

Portanto, o presente trabalho tem como problema central discutir a importância de políticas públicas efetivas de educação digital com acessibilidade nas escolas, verificando os desafios

¹ Orientador(a) do trabalho/resumo científico

para a sua implementação.

PROBLEMA DE PESQUISA: Como garantir que as políticas públicas de educação digital vigentes sejam implementadas de forma eficiente nas escolas, promovendo acessibilidade, inclusão e modernização tecnológica? As tecnologias assistivas podem garantir aos estudantes com deficiências o direito à inclusão digital?

MÉTODO: Para a realização da pesquisa adotou-se o método dedutivo, partindo da análise de diferentes teorias existentes, a fim de realizar reflexões e chegar a uma conclusão de maneira racional. Ademais, ressalta-se o emprego da pesquisa bibliográfica e documental, através da consulta em leis, livros, artigos e monografias. Em relação à abordagem, será adotada a pesquisa qualitativa, a partir do estudo de comportamentos e fenômenos do ambiente escolar em relação à educação digital, com o objetivo de obter uma visão detalhada sobre essa temática.

OBJETIVO: A pesquisa possui como objetivo geral analisar as políticas públicas de educação digital nas escolas e como o uso de tecnologias assistivas pode contribuir para a inclusão digital, promovendo acessibilidade e participação plena dos estudantes com deficiência nas atividades escolares. Já os objetivos específicos são: analisar as legislações existentes na regulação da inclusão digital na educação; estudar o papel da inclusão digital como um direito básico e um instrumento para a promoção de equidade, analisando seu impacto na redução das desigualdades educacionais; identificar os desafios e as oportunidades proporcionadas pelo acesso a tecnologias assistivas na inclusão digital dos estudantes com deficiências e realizar um levantamento bibliográfico e análise de políticas públicas vigentes de educação digital.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Como conclusão, a princípio, constata-se que a efetiva inclusão digital no ambiente escolar depende não apenas da disponibilização de recursos tecnológicos, mas, sobretudo, da formulação e implementação de políticas públicas que assegurem acessibilidade no processo educacional. As análises iniciais evidenciam que, apesar dos avanços normativos já existentes, persistem desafios na aplicação prática, sobretudo no que se refere à adaptação de materiais didáticos e à adequação da infraestrutura tecnológica nas instituições de ensino.

Para que as políticas públicas sejam efetivas, mostram-se necessárias ações que envolvam, por exemplo, formação continuada de professores, desenvolvimento de plataformas digitais inclusivas, monitoramento da execução das políticas de acessibilidade implementadas e investimentos em infraestrutura tecnológica acessível nas escolas.

Nesse contexto, as tecnologias assistivas demonstram grande potencial para promover a autonomia e a participação ativa dos estudantes com deficiência, ampliando suas

possibilidades de aprendizado, interação social e desenvolvimento acadêmico.

Portanto, como resultados preliminares, a pesquisa indica que a articulação entre políticas públicas de acessibilidade digital e o uso de tecnologias assistivas tende a fortalecer a democratização do acesso à educação, reduzindo desigualdades e contribuindo para uma escola mais inclusiva e preparada para os desafios da era digital.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Acessibilidade Digital, Inclusão

Referências

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm . Acesso em: 09 abr. 2025.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. Tecnologia Assistiva para uma Escola Inclusiva: Apropriação, Demandas e Perspectivas. 2009. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/10563>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SOARES, Crislane dos Santos. Tecnologia Assistiva Digital: Softwares Livres e Gratuitos na Educação de Estudantes com Deficiência. 2020. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32670>. Acesso em: 18 abr. 2025.